

**Vinícius de Souza**

**A experiência da história nos artigos de Torres Homem da revista *Niterói***

**Mariana  
Departamento de História  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais  
Universidade Federal de Ouro Preto  
2014**

**Vinícius de Souza**

**A experiência da história nos artigos de Torres Homem da revista *Niterói***

Monografia apresentada ao Curso de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial do grau de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo.

**Mariana  
Departamento de História  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais  
Universidade Federal de Ouro Preto  
2014**

## **Agradecimentos**

Agradeço ao professor Valdei Lopes de Araujo pela orientação, por ter prontamente se disponibilizado a me ajudar a compreender a produção discursiva de Torres Homem e pelos ensinamentos transmitidos nas aulas de História da Historiografia Brasileira.

À professora Andréa Lisly Gonçalves por me apresentar ao século XIX brasileiro e por me entusiasmar a investigá-lo.

Aos professores Álvaro de Araújo Antunes e Francisco Eduardo de Andrade pelas aulas sobre a América portuguesa.

Ao professor Fábio Joly pelas lições de história antiga.

Aos professores Virgínia Buarque e Marcelo Abreu pelos ensinamentos sobre o ensino de história.

À professora Luisa Rauter por ter me incumbido de ler o Torres Homem, na disciplina Seminário em Teoria da História II, e por ter me introduzido nas leituras de Reinhart Koselleck, Hans Ulrich Gumbrecht e Valdei Lopes de Araujo.

Ao professor Gustavo Naves Franco pelo incentivo e pelos diálogos sempre bastante aprazíveis e estimulantes.

Ao professor Marcelo Rangel por toda a solicitude dispensada a mim, tão logo soube do meu intuito em pesquisar o Torres Homem.

Aos amigos André Ramos e Thamara de Oliveira Rodrigues que, desde a mesa de discussão no *II Encontro de Pesquisa em História da UFMG*, quando muito aprendi com eles, têm sempre me estimulado a seguir com o trabalho que esbocei na ocasião. Ao André, inclusive, sou muito grato por todos os conselhos.

À amiga Amanda Rezende pelas conversas sobre o Império, quase sempre regadas pelo café da cantina do ICHS.

Ao amigo Gilson Moutinho pelas conversas sobre história.

Ao amigo Gilsom Reis Cezário pelos diálogos sobre Milton Nascimento, filosofia e afins.

Aos amigos Daniel Alves Lopes, Deivid Junio, Daniel Amorim, Ísis Valquíria e Edson Nascimento pelos diálogos sobre o mundo.

Ao amigo Roger Bueno Simões pelo apoio.

Aos técnicos administrativos do ICHS, Antônio Calixto da Silva, Lindomar Pedroza e Maria Luísa das Chagas por todo o suporte dado ao longo da minha vivência no Instituto.

Aos meus pais, Lucia Aparecida Francisco de Souza e Gersino de Souza, e aos meus irmãos, Guilherme Augusto de Souza e Danielle Kelly de Souza, por tudo.

“A questão da finalidade da vida humana já foi posta inúmeras vezes. Jamais encontrou resposta satisfatória, e talvez não a tenha sequer. Muitos dos que a puseram acrescentaram: se a vida não tiver finalidade, perderá qualquer valor. Mas esta ameaça nada altera. Parece, isto sim, que temos o direito de rejeitar a questão.”

Sigmund Freud, *O mal-estar na civilização*.

## Resumo

O trabalho é uma investigação acerca da experiência da história passível de ser apreendida nos artigos que Francisco de Sales Torres Homem, político e publicista do Brasil Imperial, publicou na revista *Niterói*, em 1836. São apresentados dados contextuais pertinentes ao propósito da pesquisa e como Torres Homem se insere, enquanto romântico da *ilha de letrados*, na conjuntura do processo de constituição da consciência nacional brasileira, que só se consolida no decênio de 1840 a 1850. Nesse sentido, é exposto como a primeira geração romântica do Brasil, da qual Torres Homem fez parte, é representativa da ambiência que se edifica na década de 1830, quando passa a se afigurar a necessidade de um redimensionamento conceitual que correspondesse ao clima político e social da Regência e que respondesse à coexistência de distintas alternativas de futuro e diferentes interpretações do passado.

**Palavras chave:** Experiência da história; Romantismo; Torres Homem.

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>8</b>
-------------------------	----------

### Capítulo I

<b>Rupturas, formação e afirmação: o Brasil e as três primeiras décadas do século XIX .....</b>	<b>9</b>
---	----------

### Capítulo II

<b>Os artigos .....</b>	<b>15</b>
<i>Considerações Econômicas sobre a Escravatura .....</i>	<i>15</i>
<i>Reflexões sobre o Crédito Público e sobre o Relatório do Ministro da Fazenda .....</i>	<i>18</i>
<i>Comércio do Brasil .....</i>	<i>20</i>
<i>Suspiros Poéticos e Saudades, per D. J. G. De Magalhães .....</i>	<i>21</i>

### Capítulo III

<b>A experiência da história na formação da consciência nacional brasileira e os artigos de Torres Homem .....</b>	<b>23</b>
--	-----------

<b>Considerações finais .....</b>	<b>29</b>
-----------------------------------	-----------

<b>Referências .....</b>	<b>31</b>
--------------------------	-----------

<b>Documentação consultada .....</b>	<b>31</b>
--------------------------------------	-----------

<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>31</b>
---	-----------

## Introdução

*Geração vacilante*. Assim designa Antonio Candido o grupo de letrados que, durante a Regência e as décadas iniciais do Primeiro Reinado, no Brasil imperial, procurou gestar a reforma literária que via como necessária para a afirmação de uma ambiência moderna na jovem nação sobre a qual depositavam honestas aspirações de progresso<sup>1</sup>.

Trata-se, entre outros, dos entusiastas da *Niterói*, *Revista Brasiliense* e de figuras como Antônio Gonçalves Dias (1823-1864), Luís Carlos Martins Pena (1815-1848), Francisco Sotero dos Reis (1800-1871) e João Francisco Lisboa (1812-1863). São esses os chamados primeiros românticos do Brasil.

A revista *Niterói*, publicada em Paris e veiculada no Brasil em 1836, é tida, ao lado da obra *Suspiros Poéticos e Saudades*, dada a lume na mesma cidade e no mesmo ano, como marco inaugural do Romantismo na porção lusófona da América. Os quatro diretores dos dois únicos números da *Niterói* foram Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), autor dos *Suspiros*, Manuel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879), Cândido M. de Azeredo Coutinho (?-1878) e Francisco de Sales Torres Homem (1812-1876). Além desses, outros nomes incluíram textos às páginas da revista, como João Manuel Pereira da Silva (1817-1898).

O crítico literário Afrânio Coutinho explica que essa deve ser considerada a primeira fase do Romantismo brasileiro porque somente aí têm-se claros propósitos de alinhamento com as diretrizes do movimento iniciado na Europa, na segunda metade do século XVIII, em oposição ao Classicismo e em consonância com os ímpetos de transformação estética da época<sup>2</sup>.

Neste trabalho, investigamos a experiência da história passível de ser apreendida nos quatro artigos que Francisco de Sales Torres Homem publicou na revista *Niterói*.

---

<sup>1</sup> CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 2000. 6ª Ed. Vol. II (1836-1880). p. 41-93.

<sup>2</sup> COUTINHO, Afrânio. *O Movimento Romântico*. In: \_\_\_\_\_. *A Literatura no Brasil*. O Romantismo. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana S. A., 1969. Vol. II. p. 1-32.

## Capítulo I

### Rupturas, formação e afirmação: o Brasil e as três primeiras décadas do século XIX

O caráter *vacilante* apontado por Antonio Candido se evidencia tanto no âmbito artístico, pois, mesmo em anunciada adesão ao Romantismo, preservam certos aspectos da tradição clássica em sua prática literária, como no âmbito político, já que muitos, ao mesmo tempo em que ingressam em ferrenha militância liberal, com rasgos de patriotismo, ancorado em prerrogativas constitucionalistas, autonomistas, anti-absolutistas, anti-lusitanas e abolicionistas, prestam as devidas reverências a D. Pedro II.

Comparados com a geração romântica seguinte, composta por escritores como Bernardo Joaquim da Silva Guimarães (1825-1884) e Manuel Antônio Álvares de Azevedo (1831-1852), capazes de visitar a perversidade e o satanismo em suas obras, o primeiro, estigmatizado como um boêmio incorrigível, o segundo, com a imagem arquetípica do artista cuja brevidade da vida é atribuída às suas próprias inquietações, os sujeitos que começaram o Romantismo brasileiro são comedidos, socialmente respeitáveis, decorosos e, apesar da motricidade da melancolia em suas representações da realidade, o *mal do século*, força tão cara aos pósteros, ainda não os acometia<sup>3</sup>.

Na história da literatura brasileira, o que passa a se afigurar a partir de 1836 tem sua gestação com a transferência da Corte portuguesa para os trópicos. Desse evento até a *Niterói*, enseja-se o Pré-Romantismo, “corpo de tendências, temas, ideias, sem constituir doutrina literária homogênea, com remanescentes classicistas e arcádicos, e elementos novos”. Atuam homens como Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), Frei Francisco do Mont’Alverne (1784-1859), Hipólito José da Costa (1774-1823) e vários outros<sup>4</sup>.

Muito do que se lê de literatura na *Niterói* foi elaborado com base no parecer do português João Ruiz Almeida Garret (1799-1854), no ensaio *Bosquejo da história da poesia e da língua portuguesa*, introdução do seu livro *Parnaso Lusitano ou Poesia dos autores portugueses antigos e modernos*, e no parecer do francês Jean-Ferdinand Denis (1798-1890), com o livro *Resumé de l’Histoire Littéraire du Brésil*. As duas obras são de 1826, nelas são apontados os direcionamentos que deveriam ser assumidos, a partir de então, pelos escritores

---

<sup>3</sup> CANDIDO, Antonio. Op. cit., p. 41-93, 133-187.

<sup>4</sup> COUTINHO, Afrânio. Op. cit., p. 19-20.

brasileiros para o desenvolvimento de uma literatura nacional, levando em consideração as especificidades culturais e naturais do país e abandonando os temas da tradição greco-latina<sup>5</sup>.

As propostas de Denis e Garret foram muito bem quistas por esses homens que, muitos deles nascidos e/ou crescidos nos anos derradeiros da Colônia ou nos primórdios do Reino Unido, momento de *interiorização da metrópole*<sup>6</sup>, testemunharam os impasses da Independência, deram os primeiros passos da vida acadêmica dentro do Brasil e, na Regência, abraçavam a responsabilidade de dar corpo a uma cultura emancipada.

A partir de 1808, dá-se a constituição de uma realidade material e institucionalmente conformada aos moldes civilizacionais, viabilizada pela obtenção gradual de autonomia, que passaria pelo estabelecimento das condições estruturais coniventes com esse propósito e pelo ato de 16 de dezembro de 1815, que nos elevava a Reino Unido a Portugal e Algarves, ações tributárias da vinda da família real, e pela Independência, em 1822. Daí por diante, procede-se o esforço de manutenção da união das antigas províncias da América portuguesa.

Certas medidas postas em prática no período joanino, algumas delas, não obstante, motivadas pela ânsia de recrudescimento de laços colonialistas, foram as tentativas de organização do comércio de abastecimento interno, com aberturas e melhoramentos de estradas, sobretudo as de ligação ao Rio de Janeiro, fim do monopólio mercantil português, maior incentivo aos estudos voltados para a exploração das potencialidades dos recursos naturais do território, como pesquisas sobre a introdução de técnicas de plantio e de criação de espécies animais rentáveis e adaptáveis ao clima brasileiro, algo que já se realizava desde finais do século XVIII, relativa liberdade de prelo, com introdução de tipografias e atividades editoriais e de imprensa periódica, criações de escolas de nível superior, bibliotecas públicas, museus e arquivos e estímulo à vinda de missões estrangeiras para investigações científicas<sup>7</sup>. Tais empreendimentos são encarados como realizações portuguesas na América.

Quando da declaração de emancipação política do Brasil, gestos de manutenção dos vínculos das províncias americanas com Portugal foram tentados. Na esteira da Revolução do Porto, de 1820, foi esse um dos motes das *Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, de 1821 a 1822, onde muito se discutiu os meios para a integração econômica e político-administrativa das *pátrias* lusitanas. Aspirava-se a elaboração de uma Constituição que abarcasse todo o mundo português – contemplá-lo com um conjunto único de leis compostas por vias parlamentares e representativas dos interesses de cada região.

---

<sup>5</sup> CANDIDO, Antonio. Op. cit., p. 282.

<sup>6</sup> DIAS, Maria Odila Leita da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

<sup>7</sup> DIAS, Maria Odila Leita da Silva. Op. cit. Também: COUTINHO, Afrânio. Op. cit.

Paradigmática do malogro da empreitada é a evasão das *Cortes Gerais* dos quatro deputados paulistas e dos três deputados baianos ou *baienses*. Por meio de manifestos publicados em outubro de 1822, no *Correio Braziliense*, os sete dissidentes asseveram que os deputados da Europa propunham uma carta magna de teor prejudicial aos nacionais a oeste do Atlântico. Um dos impasses era o da definição de *cidadania portuguesa*. Para o deputado baiano Cipriano Barata, por exemplo, era necessário expor claramente no texto constitucional que os libertos obteriam a condição cidadã, posto que, para evitar descontentamentos no Brasil, o emprego da expressão “todos os portugueses são cidadãos”, no início do artigo que tratava sobre cidadania, era inapropriado, pois o termo *português* assumia uma forte conotação de distinção racial num *país* luso com enorme contingente de indivíduos sem ascendência exclusivamente europeia. Ao artigo, então, é incluído que seriam considerados portugueses “os escravos, uma vez que tenham alcançado carta de alforria”<sup>8</sup>.

O fato é que, a 12 de outubro de 1822, D. Pedro I era coroado Imperador do Brasil. Em 03 de maio de 1823, no Rio de Janeiro, tinha início a primeira Constituinte brasileira, evento demasiado tumultuoso. Das contendas em torno do grau de poder que seria atribuído ao monarca e de outras questões já tão ruidosas, como o que decidir acerca das implicações da escravidão ou da posição dos *portugueses não-brasileiros*, eis que, em 12 de novembro de 1823, as tropas imperiais invadem o plenário e a Constituinte é dissolvida. Poucos meses depois, em 1824, é apresentada a *Constituição Política do Império do Brasil*, que vai vigorar até 1889.

Elaborada por homens de confiança do Imperador, seu Conselho de Estado, e por ele outorgada, a Constituição preserva determinados artigos compostos durante a Constituinte, mas muito do seu conteúdo não se inclui no lineamento das deliberações parlamentares. D. Pedro I consegue garantir para si margem de execução maior que a que pretendiam lhe conceder.

Até seu regresso a Portugal, em 1831, para combater seu irmão D. Miguel I, o primeiro Imperador do Brasil experienciou uma conjunção de conturbações decorrentes do descompasso no ritmo de assimilação da nova realidade política, do fato de seu governo não

---

<sup>8</sup> JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. *Peças de um mosaico (ou apontamento para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem incompleta: a experiência brasileira, 1500-2000*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999. 2ª Ed. p. 127-175. Também: MARQUESE, Rafael Bivar; BERBEL, Márcia Regina. *A ausência da raça: escravidão, cidadania e ideologia pró-escravista nas Cortes de Lisboa e na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro (1821-1824)*. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antônio da (org). *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007. p. 63-88.

gozar de plena aceitação e do estado ebulitivo que tomou conta de toda a América recém independente, durante o período.

Em algumas províncias, houve levantes contra a Coroa. Foi o caso da Confederação do Equador, quando, pouco depois da promulgação da Constituição, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, sob a liderança deste, declararam-se independentes do Império. O movimento de cunho republicano foi rapidamente desbaratado e seus líderes condenados à morte.

Na Cisplatina, incorporada à América portuguesa, em 1821, por D. João VI, perdurou, de 1825 a 1828, um conflito armado entre brasileiros e as Províncias Unidas do Rio da Prata, estas com maior apoio dos caudilhos da região pela qual se deram os combates. A guerra foi desencadeada após acordo de anexação do território ao conjunto de Províncias Unidas, firmado entre lideranças cisplatinas e o governo do Rio da Prata.

O Brasil respondeu enviando para o lugar tropas e sua incipiente marinha, compostas por um significativo contingente de mercenários estrangeiros. Além de ter de enfrentar a falta de preparo do exército imperial para as batalhas pampãs e a presença portenha em terras brasileiras, como o ataque ao Rio Grande do Sul, D. Pedro I precisou lidar com a falta de identificação da maioria de seus súditos para com o confronto. Ao fim da peleja, viu-se obrigado a firmar acordo, mediado pela França e pela Inglaterra, de reconhecimento da independência da província, que passou a ser oficialmente denominada República Oriental do Uruguai. Em meio a outras críticas, os opositores ao governo bragantino destacavam os ônus aos cofres públicos gerados pela demanda de manutenção militar. A popularidade do Imperador, já afetada pela maneira como a Constituição foi concebida, reduziu-se ainda mais com a perda de domínio das terras às margens de rede hidrográfica tão estratégica, que abrangia, além do Rio da Prata, os rios Paraná e Paraguai.

Nesse mesmo ano em que o Brasil saía derrotado da Guerra da Cisplatina, Portugal era palco de disputas pelo trono. D. Miguel I depunha D. Maria II e coroava-se Rei. Se no Império americano a imagem de D. Pedro I titubeava, na Península Ibérica, seu retorno já era requisitado havia algum tempo, para garantir o estabelecimento de uma realidade política não absolutista. O que só ocorre em 1834, já que depois de deixar o Brasil, três anos antes, ele adentra na Europa pela Normandia, angaria fundos, reúne soldados e a 24 de julho do citado ano vence a batalha contra os miguelistas, depois da qual reconduz D. Maria II, sua filha, ao trono português.

O período regencial, por aqui, também é marcado por rebeliões provinciais, assim como na Corte, e tem início com a abdicação de D. Pedro I, que ao partir deixa a Coroa para

seu filho, D. Pedro II, ainda infante, e o governo para ser exercido por parlamentares escolhidos para tal, até a maioria do príncipe, que se dá com o golpe de 1840, quando começa o Segundo Reinado.

Ilustram a turbulência do contexto as seis rebeliões que assolaram o Rio de Janeiro, de 1831 a 1832, a Sedição de Ouro Preto, a Revolta dos Malês e a Sabinada, em Salvador, a Cabanagem, no Pará, a Farroupilha, no Rio Grande do Sul, e a Balaiada, no Maranhão<sup>9</sup>.

É na atmosfera regencial que concentramos o escopo analítico deste trabalho. A consciência nacional, na elucidação de Maria Odila Leite da Silva Dias, se consolida no decênio de 1840 a 1850<sup>10</sup>. A década de 1830 ocupa centralidade nesse processo, percebe-se aí a necessidade de um redimensionamento conceitual que correspondesse ao clima político e social da Regência e que respondesse à coexistência de distintas alternativas de futuro e diferentes interpretações da história<sup>11</sup>.

Conforme expusemos na introdução, estudamos os artigos de Francisco de Sales Torres Homem da revista *Niterói*. Ele que, como outros de sua geração, tem uma primeira formação acadêmica no Brasil – obteve o diploma de médico, pela Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro – e depois, subsidiado pelo Estado, vai à Europa para mais aprendizado – isso em 1833, quando junta-se a companheiros como Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto-Alegre, em Paris.

Lá, licencia-se em Direito, frequenta, junto aos seus compatriotas aulas abertas na Sorbonne, estuda “Voltaire, Locke, Kant e Hegel, química e economia política”, corporifica sua compreensão da literatura como veículo de apuração social e sua noção da inviabilidade da escravidão<sup>12</sup>.

Sob os auspícios de Eugène de Monglave, apresenta uma comunicação em três vozes, na qual tratou da ciência no Brasil, enquanto Magalhães falou de literatura brasileira e Porto-Alegre, de belas-artes, em 1834, no Instituto Histórico de Paris, publicada com título de *Résumé de l'histoire de la littérature, des sciences e des arts au Brésil, par trois brésiliens*,

---

<sup>9</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011. 6ª Ed.

<sup>10</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Op. cit.

<sup>11</sup> ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 19-21. Também: JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Op. cit.

<sup>12</sup> RANGEL, Marcelo de Mello. *Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói: os primeiros românticos e a civilização do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado em História). Departamento de História/PUC-Rio. p. 15-16.

*membres de l'Institut Historique*, no mesmo ano, na revista da agremiação, onde já se delineia o que propalarão com a *Niterói*<sup>13</sup>.

Antonio Candido escreveu que

O solícito Monglave anunciou [a *Niterói*] ao mundo culto da França, e os rapazes escreveram sobre literatura, música, química, economia, direito, astronomia. (...) Estava lançada a cartada, fundindo medíocre, mas fecundamente, para uso nosso, o complexo Schlegel-Staël-Humboldt-Chateaubriand-Denis<sup>14</sup>.

Torres Homem e seus companheiros retornam ao Rio de Janeiro em 1837, dispostos a dar vazão ao projeto cantado na *Niterói*, cuja publicação já havia sido encerrada “por motivos superiores, e independentes de seus Redatores”<sup>15</sup>.

Volta para endossar a *ilha de letrados*, reduzida parcela da população do Império com diploma superior, circundada pela vastidão de analfabetos, maioria no Brasil, por pessoas com alfabetização básica e por algumas com formação intermediária ou técnica. Dessa *ilha*, adveio porção considerável dos indivíduos que ocuparam os principais cargos políticos do Regime e seus mais altos postos burocráticos<sup>16</sup>.

Foi deputado, senador, presidente do Banco do Brasil, Ministro da Fazenda, entre outros. Prossegue também com prolixa atuação publicista e participa de periódicos que muito se projetaram no cenário dos choques de matizes oitocentistas, como o *Jornal dos Debates Políticos e Literários*, *O Despertador*, *O Maiorista* e a *Minerva Brasiliense – Jornal de Ciências, Letras e Artes*. Toda essa produção jornalística se dá no período de sua adesão ao Partido Liberal, no *Maiorista*, inclusive, mede forças em debates com Justiniano José da Rocha, importante articulador saquarema, que na ocasião escrevia no jornal conservador *O Atlante*<sup>17</sup>.

Torres Homem integrou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e foi de um pólo a outro no universo político imperial. Se, em 1842, é mandado por alguns meses ao desterro por envolvimento com a Revolta Liberal e, em 1849, publica o ácido *Libelo do Povo*, livro panfletário de inequívoca repercussão, escrito pouco depois da demissão de seu partidário

<sup>13</sup> CANDIDO, Antonio. Op. cit. p. 13-14. Também: ARAÚJO, Valdei Lopes de. Op. cit. p. 18.

<sup>14</sup> CANDIDO, Antonio. Op. cit. p. 14.

<sup>15</sup> *Observação final*. In: *Niterói, Revista Brasiliense*. Tomo Primeiro, nº 2. Paris: Dauvin et Fotaine, Libraires, 1836. p. 261-262 Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03512820#page/1/mode/1up>. Acesso em: 17 de julho de 2014. p. 261.

<sup>16</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. p. 63-92.

<sup>17</sup> MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Sales Torres Homem e O Libelo do Povo*. In: \_\_\_\_\_. *Três panfletários do segundo reinado*. Academia Brasileira de Letras, 2009. (Coleção Afrânio Peixoto, 86). p. 7-51.

Francisco de Paula Sousa e Melo da presidência do Conselho de Ministros do Império, no qual redige críticas à Monarquia e à “nobreza achinelada”, em 1853, já se compromete a apoiar o Gabinete do Marquês de Paraná, seu inimigo na sublevação de dez anos antes, que de 1853 a 1856, presidiu a cúpula de Ministérios que procurou aglutinar liberais e conservadores. Daí em diante, guina cada vez mais ao Partido Conservador e, em 1872, é agraciado com o título de Visconde de Inhomirim<sup>18</sup>.

Interessa-nos aqui o Torres Homem da Regência. Liberal e romântico.

## **Capítulo II**

### **Os artigos**

Torres Homem publicou dois artigos em cada um dos dois números da revista *Niterói*. No primeiro número, *Considerações Econômicas sobre a Escravatura e Reflexões sobre o Crédito Público e sobre o Relatório do Ministro da Fazenda*. No segundo, *Comércio do Brasil e Suspiros Poéticos e Saudades, per D. J. G. De Magalhães*.

#### ***Considerações Econômicas sobre a Escravatura***

Nesse artigo, elenca as razões para a supressão da escravidão no Brasil. Conta como o emprego de escravos prejudicou as sociedades grega e romana, opina que os portugueses, pela forma como lidaram com os índios e os africanos no Novo Mundo, descumpriram o papel cristianizador que o destino os havia oferecido, explica como o ambiente escravocrata desvirtua as pessoas, expondo, por exemplo, a mudança de caráter que sofriam os holandeses quando transferiam-se dos Países Baixos para suas colônias, demonstra a diferença no ritmo de desenvolvimento entre os Estados do sul e os do norte dos Estados Unidos, observa as similaridades entre os abusos antigos e os abusos modernos do senhor para com os escravos e enumera as consequências da escravatura no Brasil.

Os gregos, nas palavras de Torres Homem, criaram uma filosofia cujas contribuições para a política eram dignas de reverberar à posteridade, porém, atribuíam às atividades

---

<sup>18</sup> Ibid. p. 7-51.

práticas um *status* indigno. Algo que ele identifica também em Roma no final da República e no Império.

Amparado pelos *Anais* romanos, descreve como tal povo, por introduzir a servidão em seus domínios, foi deficiente em certos âmbitos até declinar por causa da indolência de seus cidadãos.

Em Roma, o uso de escravos teria acarretado na decadência da agricultura, numa tacaña produção artística e na quase total nulidade de feitos industriais. Ali, o homem livre sofria dos males tributários do ócio.

Os cativos não tinham razões para cultivar a terra com o esmero necessário para mantê-la fértil e a lânguida classe senhorial era desprovida do espírito de fomento que possibilitaria a criação de técnicas adequadas de cultivo. Citando tratados de Columela, Plínio e Varro, Torres Homem advoga a tese de que o que derivava dos trabalhos forçados era inferior ao que poderia ser gerado pelo trabalhador livre.

Ele afirma desconhecer qualquer monumento genuinamente romano merecedor de contemplação. No máximo esculturas e construções herdeiras da cultura grega – a Grécia fora escravocrata, mas não conferira à escravidão o volume verificado em Roma, o que, talvez, em sua lógica, pudesse amenizar um pouco o impacto sobre suas artes plásticas.

Em busca do ideal de perfeição social preconizado pela filosofia dos gregos, a legislação imperial romana, de acordo com o que Torres Homem obtém por meio de discurso de Dionísio de Halicarnasso, teria coibido a execução de atividades práticas por cidadãos. A ausência de uma mentalidade afeita ao labor minava a fecundação de grandes ideias.

Desse modo, não houve máquinas, nem desenvolvimento industrial em Roma. Já que os senhores tinham à sua disposição profusão de braços subservientes, não se preocupavam em aperfeiçoar e otimizar a produção.

Além disso, o Império romano haveria de experienciar crise oriunda do pauperismo que acometia a maior parte da população, visto que além de ter estado substancialmente concentrado nas mãos das famílias mais abastadas, o contingente cativo subtraía das pessoas livres não proprietárias as possibilidades de trabalho.

No que tange a colonização portuguesa na América, diz que poderia ter sido um movimento rico de futuro, de potência e de civilização, não fosse a ignorância de seus gestores da missão de união de dois hemisférios que lhes era ofertada. Relutantes à dominação europeia, os “aborígenes indianos” foram exponencialmente exterminados e espoliados e, carentes de recursos na “mãe-pátria”, foram os portugueses capturar africanos, para os quais

olhavam com “religiosos preconceitos” e, por isso, “não cuidavam haver mister de respeito algum”<sup>19</sup>.

Com o desembarque do século XVI, teria o solo virgem do novo continente sido palco de “todas as calamidades, e horrores, de cuja comitiva andava a conquista n’aquelas eras”<sup>20</sup>.

A candidez teria sido manchada com a chaga da escravidão. Chaga essa ilustrada com os holandeses, para ele, homens de natureza empreendedora, voltados para o labor, pacientes, industriais e exímios no comércio, mas que quando fincavam vida em terras subjogadas convertiam-se em preguiçosos e amantes do luxo:

Pois bem; o Holandês, logo que deixa o solo natal para estabelecer-se nas colônias, onde a agricultura, e as artes mecânicas são o apanágio dos escravos, torna-se outro homem; o contato da escravidão nele opera a mais repentina metamorfose; de industrioso, que era, muda-se em indolente, entranhando-se de invencível repugnância para a produção material. No Cabo da Boa Esperança, o Holandês jamais trabalha; até os indivíduos saídos das últimas filas da ordem social e que por isso mesmo mais modestos deveriam ser, cuidam desonrar-se aplicando-se à indústria, e miram todos a posição mais alta do que aquela, com que os sorteou a fortuna, logo que conseguem a posse de escravos, único alvo, a que atira a ambição dos colonos, único fim de todas as economias<sup>21</sup>.

Embasado na leitura de Tocqueville, *A democracia na América*, Torres Homem traça as assimetrias entre o sul e o norte dos Estados Unidos. O norte extirpou a servidão de seu território e, por isso, prosperou, enquanto o sul, mantenedor dos negros em trabalhos forçados, encontrava-se inerte. Os homens do norte, por terem que atuar no meio com seus próprios braços, viram-se estimulados a criar vias e estratégias mais eficazes de produção. Os do sul optaram pela dependência do escravo, o que redundava na ausência de pessoas sagazes em seu território: os brancos não se preocupavam em melhorar os recursos de produção e os negros trabalhavam por conta da ameaça do castigo.

Disposto a sustentar o argumento de que a brutalidade da escravatura perpassava os séculos, da antiguidade à era moderna, relata dois casos emblemáticos ocorridos no Egito. O primeiro, no tempo dos faraós. A partir da narrativa de Heródoto, descreve como se deu a construção de uma pirâmide, “que nenhum outro fim tinha além do de satisfazer o orgulho do tirano”, para a qual foram empregados cem mil homens a cada três anos, indivíduos que

---

<sup>19</sup> TORRES HOMEM, Francisco de Sales. *Considerações Econômicas sobre a Escravatura*. In: *Niterói, Revista Brasiliense*. Tomo Primeiro, nº 1. Paris: Dauvin et Fotaïne, Libraires, 1836b. p. 35-82. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03512810#page/1/mode/1up>. Acesso em: 17 de julho de 2014. p. 35-36.

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 36.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 51.

“pereciam em extraordinário número de afã, de miséria, e de moléstias junto daquele colosso de pedra”. O segundo caso lhe era coetâneo. Era sabido que o governo egípcio havia usado cinquenta mil homens para limpar um dos canais que cortam o país. Sem equipamentos, máquinas ou bombas, apenas “seus peitos, e braços”, trinta mil escravos faleceram só no primeiro ano da empresa. Sobre a situação antiga, Torres Homem escreve que em 18 horas, todas as máquinas a vapor inglesas, operadas por muito menos trabalhadores, teriam erguido o monumento. Já a limpeza dos canais fora anacrônica, e nenhuma nação civilizada consumiria vidas humanas para uma tarefa como essa, dada a existência de tecnologia necessária para o cumprimento da demanda<sup>22</sup>.

Como consequência da escravatura, o Brasil, aos olhos de Torres Homem, apesar de que já havia dado largos passos no âmbito político, conseguindo em poucos anos o que a Europa demorou séculos para realizar, era uma nação atrasada do ponto de vista industrial, era obrigado a conviver com a sede de empregos públicos por parte da juventude, que não vislumbrava oportunidades em profissões “úteis”, como as “agronômicas, fabris, comerciais, e artísticas” – uma enfermidade na organização social. Sem dinamismo para as classes livres e sem máquinas para a produção, despontavam-se graves dificuldades<sup>23</sup>.

### ***Reflexões sobre o Crédito Público e sobre o Relatório do Ministro da Fazenda***

Com esse artigo, o principal intuito é demonstrar como é prejudicial para um país fazer empréstimos junto a capitalistas nacionais e estrangeiros. Tece também defesa da política de aplicação de impostos internos.

Em 1835, Manuel do Nascimento Castro e Silva, Ministro da Fazenda do Império do Brasil, escreveu um relatório para, dentre outras razões, advogar a tese de que era vantajoso ao governo pedir dinheiro emprestado a investidores residentes e com negócios em nosso território. Isso supriria as necessidades que surgiam nas situações em que era urgente dispendir quantias vultosas e, ao mesmo tempo, não retiraria daqui valores de circulação.

Torres Homem frisa que o que diferencia a economia política de “certas outras ciências” é o fato de que, enquanto os efeitos das refutações nos demais campos de conhecimento são menos incisivos na vida das pessoas, na economia política “nenhum exame de princípio é ocioso, por que de sua aplicação mana imediatamente o bem, ou mal do país”.

---

<sup>22</sup> Ibid., p. 45-46.

<sup>23</sup> Ibid., p. 80-81.

Lembra que foi provado que Descartes estava errado em seu entendimento sobre o “sistema de mundo”, mas, independente das reviravoltas das “humanas teorias”, os corpos celestes continuaram a mover-se tal como procediam antes e depois da mudança na maneira como os homens os observavam<sup>24</sup>. Um exemplo com o qual sustenta que os resultados dos cálculos econômicos exerciam muita influência nos destinos de um povo era o caso da Inglaterra, durante as guerras napoleônicas. Se o rei inglês tivesse, já no início dos confrontos e não no final, como fez, se disposto a contar com arrecadação de impostos para dar conta dos ônus das batalhas em lugar de ter recorrido a empréstimos, a dívida pública dos britânicos, no momento de depor as armas, teria sido bem menor, 600 milhões de libras esterlinas a menos<sup>25</sup>.

Ele identifica equívocos no Relatório de Castro e Silva. O Ministro, na sua arguição a favor dos empréstimos internos, estaria a lançar mão de fundamentos de análise econômica da escola enciclopedista voltairiana já superados. A noção de que a obtenção de fundos no exterior era mais prejudicial do que contrair dívidas junto a investidores internos era errônea, porque “a razão fria e positiva” já demonstrava que os capitais, ao serem emprestados ao governo pelos investidores locais, sofriam com tal gesto um drástico desvio, uma vez que tinham que servir para a implantação da indústria nacional sob gestão privada. Qualquer que fosse a origem do dinheiro acrescentado aos cofres públicos por via de empréstimo, o resultado da operação seria improdutivo, tendo em vista que as funções desempenhadas pelo Estado não gerariam o lucro que permitiria o pagamento de dívidas sem comprometer o tesouro nacional, porém, se fosse imprescindível optar, que se escolhesse os capitais externos, assim não se subtrairia recursos da indústria local.

Sedutoras eram as ideias que se aventavam perante as altas somas em dinheiro providas dos emprestadores. Entretanto, Torres Homem adverte que era o futuro quem sentiria os gravames do presente, já que a partir deste se mediria a grandeza daquele. Destarte, sem o saber, o Ministério da Fazenda sacrificava o porvir do Império, posto que “as desvantagens, que vexam o país, são a base das fortunas rápidas dos emprestadores”<sup>26</sup>.

O artigo deixa bastante explícito que no Brasil, “como em todas as nações novas”, ainda não havia a acumulação e o giro de capital essenciais para o desenvolvimento da indústria, do comércio, da agricultura e das artes. Era mister encurtar as distâncias entre as províncias, fazer navegáveis os rios, introduzir barcos a vapor, explorar convenientemente as

---

<sup>24</sup> Id. *Reflexões sobre o Crédito Público e sobre o Relatório de Ministro de Fazenda*. In: Niterói, *Revista Brasiliense*. Tomo Primeiro, nº 1. Paris: Dauvin et Fotaine, Libraires, 1836c. p. 83-131. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03512810#page/1/mode/1up>. Acesso em: 17 de julho de 2014. p. 92.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 89.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 99.

riquezas minerais etc.<sup>27</sup> Portanto, era importante adotar uma política efetiva de arrecadação de impostos, que permitisse a execução dessas demandas, o que significaria que os brasileiros teriam que “trabalhar, economizar, e sacrificar os gozos” para as precisões do Estado – a ventura e a prosperidade da pátria fariam valer o esforço<sup>28</sup>. Os empréstimos ficariam como última saída, apenas nas crises incontornáveis. Nessas situações dar-se-ia preferência ao dinheiro vindo do exterior.

O governo, que deveria voltar seus interesses para as “empresas úteis”, vinha praticando dispêndio pagando juros das dívidas que contraía.

### ***O Comércio do Brasil***

É um artigo publicado para o discorrimento sobre como se davam as relações comerciais entre as nações, especialmente entre o Brasil e a França, e defender que, nesse âmbito, todos os povos deveriam colaborar entre si, cada um abastecendo o mercado mundial com os produtos que estavam ao seu alcance fornecer.

Examina a legislação alfandegária francesa e constata haver nela um sério problema: a manutenção do protecionismo e do monopólio colonial. Lá, as tarifas impostas à entrada de mercadorias estrangeiras eram, na leitura de Torres Homem, abusivas e em nada beneficiavam a fertilidade do intercâmbio entre os países. Do mesmo modo, a política francesa de favorecimento de acesso ao seu mercado interno à produção de suas possessões antilhanas era uma invocação dos velhos preconceitos no trato metrópole-colônia.

O Brasil cultivava cana-de-açúcar, café e algodão. Eram importantes gêneros de exportação e, beneficiados pelas condições do nosso solo, poderiam ser oferecidos em abundância aos franceses, a preços justos. Em contrapartida, os brasileiros tornar-se-iam consumidores da fabricação manufatureira da França:

O mar, que as duas nações separa, devia pois abundar em navios indo, e vindo de uma a outra plaga, para trazer a cada uma delas os produtos apropriados a suas necessidades, e cerrar os liames de amizade, e aliança, tornando-as ambas tributárias uma da outra por considerável porção dos seus gozos, e riquezas<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> Ibid., p. 110.

<sup>28</sup> Ibid., p. 130.

<sup>29</sup> TORRES HOMEM, Francisco de Sales. *Comércio do Brasil*. In: *Niterói, Revista Brasiliense*. Tomo Primeiro, nº 2. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836a. p. 149-160. Disponível em

Só que, em função de suas altas taxas de importação, os franceses, aos olhos de Torres Homem, efetuavam com o Brasil menos de um décimo dos negócios que poderiam concretizar. E os obstáculos infundidos aos artigos brasileiros eram reproduzidos por aqui com os produtos da França, posto que, em matéria de importação e exportação, “uma reage sobre outra, sendo a primeira a rigorosa medida da segunda; supor o contrário, é supor o impossível, e embicar no fatal sistema da *balança do comércio*”<sup>30</sup>.

O protecionismo e o monopólio colonial atentariam contra um princípio chave da felicidade das nações: a *liberdade de comércio*. Seria esta o sustentáculo primordial para a associação entre os povos necessários uns aos outros. Cada país possuiria seus apanágios resultantes de “sua topografia, seu clima, e inteligência dos habitantes” e “o caráter, os costumes, o grau de civilização dos homens separados por longas distâncias dão lugar a riquezas, e a necessidades, que grandemente entre si contrastam”, logo, todos deveriam se orientar pelo ideal da reciprocidade<sup>31</sup>.

Alguns negociantes brasileiros também careciam desse ideal, pois muitos eram os queixumes, nas praças da Europa, acerca de fraudes nas mercadorias provenientes de nossos portos: pedras e outros corpos estranhos nas sacas de algodão e de café e nas caixas de açúcar; cal, areia e outros ingredientes indesejáveis misturados aos couros salgados da Bahia. Tudo isso para aumentar-lhes o peso e, conseqüentemente, o preço. Nesse gesto, reconhece Torres Homem, os exportadores esqueciam “até os seus verdadeiros interesses materiais. No comércio o homem de má-fé deve procurar tornar-se probo, por interesse mesmo do egoísmo, e para sucesso da especulação”<sup>32</sup>.

### ***Suspiros Poéticos e Saudades, per D. J. G. De Magalhães***

Trata-se de uma crítica do livro de Gonçalves de Magalhães, *Suspiros Poéticos e Saudades*. Crítica que se lançava como oportunidade para diagnosticar o estado das letras, da cultura e do clima social no Brasil.

Introduz o texto sustentando que o início do século XIX marcou-se pelo abalo dos

---

<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03512820#page/1/mode/1up>. Acesso em: 17 de julho de 2014. p. 150.

<sup>30</sup> Ibid., p. 152. Grifo do autor.

<sup>31</sup> Ibid., p. 149.

<sup>32</sup> Ibid., p. 159.

(...) antigos fundamentos do reino misterioso das Musas. O vago das lembranças do berço da civilização, os sublimes pensamentos do Cristianismo, a simplicidade das cenas da natureza, que tão tocantes relações oferecem com as misérias do nosso coração, pareceram uma fonte de emoções mais delicadas e verdadeiras, que os engenhosos sonhos da antiguidade<sup>33</sup>.

O pensamento moderno teria propiciado aos homens, por meio da hegemonia da religião cristã e da consciência do infortúnio, a “corda grave, e chorosa”, consoante aos “sentimentos poéticos da existência” e à “eterna melancolia”, que faltava à “lira antiga”<sup>34</sup>.

Gonçalves de Magalhães, “um jovem Poeta da nova escola, nascido debaixo do Céu pomposo do Rio de Janeiro, ardente de futuro, e de glória, com a cabeça repleta de harmonias, e o coração pesado de nobres emoções”<sup>35</sup>, conseguiu captar esse espírito do novo tempo. Em seus versos, notava Torres Homem traços da filosofia idealista alemã e da doutrina de Cristo, uma “doce melancolia” e o bom senso de um gênio<sup>36</sup>. Sua obra teria superado a poesia de um mundo que já havia acabado.

Grécia e Roma eram “ilustres mortas”<sup>37</sup>, cuja estética não atendia às exigências ontológicas que se impunham ao indivíduo oitocentista, de quem se esperava a sabedoria para distinguir o bem e o mal, para controlar o egoísmo, a vitória sobre o ceticismo moral e a preservação dos sentimentos religiosos, estes, “o contrapeso das humanas loucuras”<sup>38</sup>.

Daí, a aversão de Torres Homem a dados escritores de língua portuguesa que, enquanto o Romantismo florescia no Velho Mundo, continuavam a celebrar a poesia do Parnaso, que os transportava para fora dos hábitos, dos princípios e dos costumes da era moderna.

Os *Suspiros*, além de “uma coleção de belas harmonias”, representavam “também um código de moral”<sup>39</sup>, que, ante “as ilusões da vida”, salientavam “a incerteza da duração da existência”<sup>40</sup>, com enlevo, versejavam a Batalha de Waterloo e a singularidade de Napoleão e, tracejados à distância, nutriam-se na lembrança da pátria brasiliense. A despeito daqueles que

---

<sup>33</sup> Id. *Suspiros Poéticos e Saudades*, per D. J. G. De Magalhães. In: *Niterói, Revista Brasiliense*. Tomo Primeiro, nº 2. Paris: Dauvin et Fotaine, Libraires, 1836d. p. 246-256. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03512820#page/1/mode/1up>. Acesso em: 17 de julho de 2014. p. 246.

<sup>34</sup> Ibid., p. 246.

<sup>35</sup> Ibid., p. 247.

<sup>36</sup> Ibid., p. 248.

<sup>37</sup> Ibid., p. 247.

<sup>38</sup> Ibid., p. 255.

<sup>39</sup> Ibid., p. 253.

<sup>40</sup> Ibid., p. 251.

escreveram por via dos “sentimentos estrangeiros”<sup>41</sup> de gregos e romanos, Gonçalves de Magalhães convidava o leitor a encarar a natureza ao redor, com versos mobilizados pela simplicidade e pela possibilidade do infortúnio:

O sopro do infortúnio, da religião, e da filosofia animou esses cantos, onde domina um doloroso entusiasmo por tudo quanto é grande, bom, e justo. Parece que a Providência faz sofrer todos os poetas de gênio, afim que instrua os outros homens com a sublime melodia dos seus gemidos: as criaturas medíocres sofrem menos, por que seus queixumes não têm harmonia, e são um desacordo de mais entre os sons confusos do mundo moral<sup>42</sup>.

Torres Homem ansiava que o livro servisse de norte à mocidade brasileira, que, pela sua ótica, encontrava-se sem esperanças, indiferente aos interesses públicos, debatendo-se inutilmente em uma sociedade obscura e desfavorável ao desenvolvimento das letras e das ciências, cujos dirigentes pareciam não reconhecer o sentido de sua missão e onde os regeneradores de outrora já não se manifestavam como dantes.

### Capítulo III

#### **A experiência da história na formação da consciência nacional brasileira e os artigos de Torres Homem**

Marcelo de Mello Rangel explica que as duas publicações prógonas do Romantismo brasileiro – o livro de Gonçalves de Magalhães, *Suspiros Poéticos e Saudades*, e a revista *Niterói* – estão alicerçadas em um projeto civilizador voltado para homens e mulheres da *boa sociedade*. Seus autores compreendiam que os êxitos de uma nação, fosse no âmbito político, moral, econômico ou estético, estavam condicionados pelo controle do egoísmo, através da fé cristã, do amor à pátria e da interação produtiva com a natureza ao redor<sup>43</sup>.

Antonio Candido associa esse plano preceptivo à auto-imagem que os românticos tinham de si próprios. Na toada de um fenômeno incubado durante o período joanino, em que pouco a pouco a figura do ilustrado ganha relevo no universo luso-brasileiro como detentor de um conhecimento e uma sensibilidade mais depurados, homens como os do grupo da *Niterói* acreditavam-se agraciados com sabedoria e percepção insólitas, e, por conseguinte,

---

<sup>41</sup> Ibid., p. 246.

<sup>42</sup> Ibid., p. 244.

<sup>43</sup> RANGEL, Marcelo de Mello. Op. cit.

responsáveis pela condução do Brasil ao esplendor. De modo que possuíam “exagerada noção da própria importância e valia”, acentuada por uma tendência a agruparem-se em sociedades político-culturais, que conferia-lhes “um timbre de exceção”<sup>44</sup>.

A atenção que podemos despendar com os letrados da década de 1830, liga-se muito menos ao exame de seu nível de genialidade que à novidade do arcabouço conceitual que passam a operar. Tomando como base o estudo de Valdeci Lopes de Araujo, conseguimos acompanhar as mudanças lexicais e na carga de significados dada a determinadas palavras no intuito de se representar a realidade histórico-política luso-brasileira, nos dois primeiros quartéis oitocentistas.

Seguindo a produção discursiva de José Bonifácio – do fim do reinado de D. Maria I, passando pela presença da família real no Brasil até a conjuntura da Independência – e perscrutando os trabalhos de indivíduos como Januário da Cunha Barbosa e Gonçalves de Magalhães, no decênio terciário do XIX, Araujo percebeu as variações nas aspirações depositadas na civilização portuguesa pelos nascidos na América.

Bonifácio, nos tempos de sua residência em Portugal, desempenhando, entre outras tarefas, a de “funcionário do replantio de bosques em regiões costeiras ameaçadas de desertificação”<sup>45</sup>, ainda em meados da década de 1810, aposta em *restauração*. Portugal, se recuperasse “o princípio aglutinador pela ação de uma autoridade única e centralizada”<sup>46</sup>, resgataria seu lugar entre as potências europeias:

Às ameaças desagregadoras do mundo moderno Bonifácio oferecia a imagem de uma comunidade fechada e autônoma, de costumes severos, liderada por uma ciência prática desenvolvida na República das Letras, mas que percorreria toda a sociedade<sup>47</sup>.

A decadência do reino português, observável, por exemplo, na infertilidade do seu solo, coadunada à carência de virtudes de sua fidalguia, correspondia à eversão de suas Letras, uma vez que as ciências e as artes deslocavam-se lado a lado com a prosperidade e a felicidade ou o descenso das nações<sup>48</sup>. Dessarte, Bonifácio entendia ser “preciso *restaurar* a língua segundo o modelo dos mestres do passado, ou seja, Vieira, Barros, Lucena e outros”<sup>49</sup>,

---

<sup>44</sup> CANDIDO, Antonio. Op. cit., p. 221-222.

<sup>45</sup> ARAUJO, Valdeci Lopes de. Op. cit., p. 31.

<sup>46</sup> Ibid., p. 33.

<sup>47</sup> Ibid., p. 33.

<sup>48</sup> Ibid., p. 33.

<sup>49</sup> Ibid., p. 29. Grifo do autor.

além de “retornar – com o auxílio dos tratados agrícolas dos romanos e das modernas técnicas dos ingleses – às virtudes agrícolas dos primeiros lusitanos”<sup>50</sup>.

Mas, já nos idos de 1819, prestes a cruzar o Atlântico e voltar à terra natal, Bonifácio enceta uma perspectiva distinta, passando a encarar o Brasil como a “nova Lusitânia”, aceitando que os obstáculos ao progresso português só seriam superados reiniciando na América a “idade de ouro” perdida depois do enriquecimento propiciado pelas grandes navegações, que suscitaram o desvirtuamento dos fidalgos, noção que já se indiciava num texto seu de um ano antes, quando se pergunta sobre o porquê do descompasso evolutivo entre Portugal e a Europa. A partir daí substitui *restauração* por *regeneração*<sup>51</sup> e

Passa então a listar as vantagens e os potenciais do Brasil: a grandiosidade dos recursos naturais e uma posição geográfica vantajosa, entre a Europa, a América e a África. Pelo lado político, o Brasil não teria os vícios arraigados de Portugal; seu clero seria abastado, mas sem riqueza inútil, com poucos poderosos que pudessem sobrepor seus interesses individuais aos da Nação<sup>52</sup>.

Após “sua proposta de revezamento da Corte entre Portugal e Brasil”<sup>53</sup>, que apresentou aos deputados paulistas que participariam da constituinte de Lisboa, não vingar e ver, pelo contrário, se instituírem os desejos de reestruturação dos modernos elos coloniais<sup>54</sup>, Bonifácio deduz que o projeto *regenerativo* só se realizaria com um Império independente nos trópicos, assim, “iniciava-se um processo fundamental de *releitura da história dos portugueses no Brasil*, transformando-a em história do despotismo”<sup>55</sup>.

Januário da Cunha Barbosa, de 1829 a 1832, redigiu o *Parnaso brasileiro, ou Coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas, como já impressas*. Sua iniciativa derivou do entendimento de que uma das características de uma nação civilizada era o desfrute de uma literatura própria. Empreende então “coleta e restauração” de poesias compostas por autores nascidos no Brasil para apresentá-los ao mundo, que os desconhecia por causa da anomalia, nocividade e desorganização da colonização portuguesa<sup>56</sup>.

---

<sup>50</sup> Ibid., p. 31.

<sup>51</sup> Ibid., p. 31, 50-55.

<sup>52</sup> Ibid., p. 54.

<sup>53</sup> Ibid., 59.

<sup>54</sup> Bonifácio distinguia a colonização moderna, que implicava na dependência política e econômica da colônia para com a metrópole, da colonização antiga, em que a colônia era para onde se expandiam “os princípios fundamentais da cidade-estado original.” ARAUJO, Op. cit., p. 57-58.

<sup>55</sup> Ibid., p. 60.

<sup>56</sup> Ibid., p. 107-110.

Fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Cunha Barbosa foi um canal de comunicação entre a geração que fez a Independência e a geração que se projeta na Regência<sup>57</sup>. Entre o seu *Parnaso* e o de Garret, de 1826, “conceitos como nação, estado, língua e literatura passam a estar nitidamente articulados em torno de problemas comuns”<sup>58</sup>. Os letrados da *Niterói* absorvem essa amalgamação conceitual e introduzem algo novo.

É o que se assinala em Gonçalves de Magalhães, para quem a literatura era mais do que um aglomerado de obras concebidas por um povo, como atinavam Bonifácio e Cunha Barbosa, e sim um fenômeno mais amplo que revelava “a identidade de uma comunidade ao longo do tempo e do espaço”<sup>59</sup>, abarcando vários campos do conhecimento e da experiência humana, incluindo a história.

O tratamento dado por Magalhães à literatura afinava-se com a experiência do tempo que se encarnava na medida em que a constituição da consciência nacional brasileira se efetivava e exigia o rompimento com “permanências cíclicas” e apontava “para um desenvolver linear e progressivo”, para os quais ainda se quer existia um conceito de história correspondente<sup>60</sup>. E a “nova experiência do tempo, produzida e produtora dos novos conceitos, requer um arsenal epistemológico fundado em categorias como sentido, expressão, compreensão e individualidade”<sup>61</sup>.

O investimento narrativo e analítico presente nos quatro artigos que Torres Homem incluiu na *Niterói* pode ser captado como produção inserida e representativa desse quadro político e conceitual.

A começar por sua ideia de literatura. Quando tece reflexões sobre os *Suspiros* de Magalhães, enaltecendo-o justamente por reconhecer em seu livro mais que “uma coleção de belas harmonias”, “também um código de moral na sua expressão a mais sublime”<sup>62</sup>, “próprio a aplacar a necessidade de emoções grosseiras”<sup>63</sup> que sentia agitar a sua época, Torres Homem delega à literatura uma utilidade, uma importância, que extrapola o encargo de propiciadora de deleite e atestado de civilidade.

O destaque que confere aos versos de Magalhães está em simetria com a aceção que este reivindica à literatura. Ambos, crítico e criticado, não por caso, invocam “a fragilidade da

---

<sup>57</sup> Ibid., p. 110.

<sup>58</sup> Ibid., p. 116.

<sup>59</sup> Ibid., p. 121.

<sup>60</sup> Ibid., p. 119-125.

<sup>61</sup> Ibid., p. 124.

<sup>62</sup> TORRES HOMEM, Francisco de Sales. 1836d, p. 253.

<sup>63</sup> Ibid., p. 254.

vida”<sup>64</sup>, ato que responde à aceleração do tempo no qual estão imersos: com vinte e poucos anos e nascidos portugueses, aclamaram e deram adeus a um Imperador, testemunhavam guerras, sedições e revoltas separatistas e ali, em 1836, incumbiam-se do dever de cristalizar a ruptura espiritual com a mãe pátria, tornando-se definitivamente brasileiros.

Brasileiros em um mundo diacrônico. No *Considerações Econômicas*, Torres Homem alerta os defensores do “*status quo* do sistema da escravidão” sobre o perigo de não se ater à “experiência dos fatos”, pois “ouvindo rodar ao longe o carro da civilização, em vez de aparelhar-se para alcançá-lo na passagem, e dentro também lançar-se, procuram ao contrário empecer-lhe a marcha com barrancos, e aturados esforços”<sup>65</sup>.

E tal *carro* era vigoroso, obedecia à “Lei do progresso”, “infinitamente mais forte” que as reações dos “recalcitrantes”, lembrando que a “história diz, que as grandes reformas se não feito no mundo, não só a despeito, mas à custa dos que para elas se não achavam preparados”<sup>66</sup>.

Na sua apreensão, o Brasil se ocupava ambigualmente com o vetor civilizacional, em alguns aspectos, investia contra as suas rodagens, em outros, adentrava-o:

Qual é a razão, por que o Brasil, que com tão largos passos há progredido na carreira da vida política, é ao mesmo tempo um dos países mais atrasados na indústria? Por quê tanta diferença entre o Brasil político, e o Brasil industrial? Favorecido no seu desenvolvimento político pelas mais favoráveis circunstâncias, herdeiro dos frutos elaborados na longa civilização da Europa, e da sua experiência tão caramente adquirida, *sem ter que lutar com as resistências do passado*, amparado pelas florestas de um lado, e pelo Atlântico do outro contra a ambição estrangeira, o gênio do Brasil tem realizado em um pequeno número de anos aquilo, que à velha Europa custou largos séculos de dolorosas tentativas. O seu desenvolvimento industrial porém foi retardado pelo monstruoso corpo estranho implantado no coração de sua organização social<sup>67</sup>.

Koselleck demonstra que os cem anos de formação da experiência moderna, de 1750 a 1850, marcam-se pela afirmação da história, enquanto decurso das eras, *Geschichte*, como um fenômeno universal, um *singular coletivo* que acarretava na certeza de que todos os povos comungavam de uma mesma época, coexistindo em variados níveis de adiantamento<sup>68</sup>.

---

<sup>64</sup> Ibid., p. 250.

<sup>65</sup> TORRES HOMEM, Francisco de Sales. 1836b, p. 39.

<sup>66</sup> Ibid., p. 39.

<sup>67</sup> Ibid., p. 78-79. Grifo nosso.

<sup>68</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto Editora PUC Rio, 2006.

Quando Torres Homem assere que o Brasil conseguiu em pouco tempo o que a Europa levou centenas de anos para obter, referindo-se ao fato de que, como uma nação com pouco mais de uma década de independência, já gozava de instituições que pátrias seculares só haviam conquistado recentemente, emana da sua assertiva a noção de que nesse âmbito o tempo acelerou e o país fazia o que carecia: alcançar os civilizados. Por outro lado, falhava no que concernia ao desenvolvimento técnico, empregando métodos velhos e permanecendo atrasado diante do Velho Mundo. A diacronia não se apresentava só entre as nações, verificava também que, dentro de uma nação, as estruturas que lhes davam corpo nem sempre eram sincrônicas.

Na citação, a passagem “sem ter que lutar com as resistências do passado” intriga. Trata-se de um passado que não se impunha ao presente. Dado o entorno do trecho, onde se lê que o Brasil era “herdeiro dos frutos elaborados na longa civilização da Europa, e da sua experiência tão caramente adquirida” e, logo depois, se lê sobre as vantagens de seus recursos naturais, a declaração de que não havia embate com as resistências do passado, sugere-nos que Torres Homem aborda o seu próprio presente, entendendo que não se corria riscos de restauração: a internação de Portugal no pretérito já estava consumada e o Brasil tinha que se solidificar como filho da Revolução Francesa – a “experiência tão caramente adquirida”.

O *humanismo comercial*, forma de se representar a realidade demasiado ligada ao distanciamento entre *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*, aflui nos artigos. Desde finais do século XVIII, engendrava-se a ideia de que com o “comércio, seria possível promover a expansão cultural e o refinamento das maneiras, já que essa atividade intensificaria o contato dos homens com as pessoas e as coisas produzidas”<sup>69</sup>.

Assim, era preciso dar forma a uma *educação sentimental* que compatibilizasse virtude e comércio, possibilitando o refinamento das paixões e o afastamento do “barbarismo” e da “selvageria”.

A prioridade de todos os governos que se pretendessem condutores de nações civilizadas deveria ser garantir condições de que o comércio nacional e internacional fluísse adequadamente, o que, por sua vez, fomentaria o desabrochar de uma sociedade apurada<sup>70</sup>.

O descontentamento expresso por Torres Homem no artigo *Reflexões sobre o Crédito Público* gravita muito em torno da sua opinião de que faltavam ações da parte do Estado brasileiro que se voltassem para a facilitação do desenvolvimento das estruturas que

---

<sup>69</sup> VARELLA, Flávia Florentino. *Da impossibilidade de aprender com o passado: sentimento, comércio e escrita da história na História do Brasil* de John Armitage. São Paulo, 2011. Tese (Mestrado em História). Departamento de História/FFLCH/USP. p. 71.

<sup>70</sup> *Ibid.*, p. 70-82.

permitissem o florescimento da indústria local, da qual dependia o comércio interno. Os empréstimos defendidos pelo Ministro da Fazenda, além de onerar os cofres públicos, subtraíam do meio social os capitais que deveriam circular e irrigar a economia. Como dito antes, o autor apelava ao virtuosismo de seus patrícios, que poderiam se dispor a conter seus ímpetos imediatos e abastecer a Coroa com o pagamento de impostos, contribuindo para a bonança do Brasil.

Um tipo de mentalidade que se quer apregoar no seu exame dos *Suspiros Poéticos*. E por isso importava o feito de Magalhães: mitigava as emoções grosseiras com belas harmonias e estimulava em seus leitores os princípios da sociedade comercial.

Não se dissocia dessa perspectiva sua censura tecida no *Considerações Econômicas* à colonização portuguesa. Sua denúncia sobre a espoliação, os horrores e calamidades subsume-se na predisposição que tinham os letrados adeptos do *humanismo comercial*, naquele contexto, em atrelar a cultura lusitana a “vulgaridades”, como as inclinações cavalheirescas e belicistas. Não à toa, Portugal, para muitos, passa a ser apenas o tradutor do pensamento europeu na América, não mais o principal ascendente do Brasil<sup>71</sup>.

A devoção nas relações comerciais como potenciais aglutinadoras e mantenedoras/promotoras da civilização emana no artigo *O Comércio do Brasil*. Seu desprezo pelo protecionismo francês, pelas fraudes dos exportadores brasileiros de açúcar, algodão, café e couros salgados e pela alienação do fato de que todos os povos, na medida do possível, conseguiriam contribuir para a fortuna um do outro converge para a significância que consagra à *liberdade de comércio*.

### **Considerações finais**

O estudo dos artigos de Torres Homem e da ambiência da qual faz parte legou-nos a impressão de que certos letrados respiravam o ar da transição. Os quatro textos são perpassados pela preocupação com o Brasil. Falam de literatura, de comércio, de escravidão e de economia, relatando acontecimentos passados e descrevendo o que vinha ocorrendo no mundo, mas sempre recaem em avaliações sobre o caso brasileiro.

A condição regencial do Império alimentava o espírito de transitoriedade – vivia-se sob governos de natureza provisória, esteados em gabinetes circunstanciais.

---

<sup>71</sup> Ibid, p. 76. Também: ARAUJO, Op. cit., p. 126-131.

Parecia mesmo a Torres Homem portar a sensibilidade, se não para dimensionar, pelo menos para aventar que algo tinha ficado para trás, que uma nova realidade se configurava e que no porvir um pouco do seu presente também passaria.

Vejamos um excerto dos *Suspiros*:

Há alguns anos, bem difíceis eram as circunstâncias do Brasil, e da sua Mocidade, mas do próprio excesso dos males a esperança renascia; o presente era então sem alegrias, mas contava-se sobre um melhor futuro. O estado atual pesa sem esperanças como uma massa de ferro sobre todos os bons espíritos, tanto eles são pouco uníssonos com as cousas, que se vão arrastando a nossos olhos. Desgraçada Mocidade! Desgraçado Brasil!<sup>72</sup>

Ou um do *Reflexões*:

Apesar das dívidas, apesar da crise do papel moeda, e do cobre, apesar da submersão de grande parte dos seus fundos no horroroso gólfão da Guiné, apesar do desânimo, da incerteza, e do terrível ceticismo político, que hão até aqui trabalhado o espírito do país, e que devem felizmente cessar com a eleição do novo Regente, cujos precedentes constituem uma bela garantia do futuro, alfim apesar de outros obstáculos, o Brasil tem marchado, por que possui uma dessas organizações atléticas, e felizes, que de todos os males triunfam<sup>73</sup>.

O seu relacionamento com o processo temporal tal como a ele se apresenta é ambivalente – a diagnósticos de que ações fecundas se punham em curso, seguiam-se lamentos sobre o que o futuro revelaria.

Seus referenciais de ajuizamento e a forma como os elabora – *literatura, humanismo comercial, nação, infortúnio* –, pronunciados ou não, sinalizam para uma experiência histórica moderna em afirmação.

---

<sup>72</sup> TORRES HOMEM, Francisco de Sales. 1836d, p. 246-256.

<sup>73</sup> TORRES HOMEM, Francisco de Sales. 1836c, p. 113.

## Referências

### Documentação consultada

*Observação final*. In: *Niterói, Revista Brasiliense*. Tomo Primeiro, nº 2. Paris: Dauvin et Fotaine, Libraires, 1836. p. 261-262. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03512820#page/1/mode/1up>. Acesso em: 17 de julho de 2014.

TORRES HOMEM, Francisco de Sales. *Comércio do Brasil*. In: *Niterói, Revista Brasiliense*. Tomo Primeiro, nº 2. Paris: Dauvin et Fotaine, Libraires, 1836a. p. 149-160. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03512820#page/1/mode/1up>. Acesso em: 17 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. *Considerações Econômicas sobre a Escravatura*. In: *Niterói, Revista Brasiliense*. Tomo Primeiro, nº 1. Paris: Dauvin et Fotaine, Libraires, 1836b. p. 35-82. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03512810#page/1/mode/1up>. Acesso em: 17 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. *Reflexões sobre o Crédito Público e sobre o Relatório de Ministro de Fazenda*. In: *Niterói, Revista Brasiliense*. Tomo Primeiro, nº 1. Paris: Dauvin et Fotaine, Libraires, 1836c. p. 83-131. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03512810#page/1/mode/1up>. Acesso em: 17 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. *Suspiros Poéticos e Saudades, per D. J. G. De Magalhães*. In: *Niterói, Revista Brasiliense*. Tomo Primeiro, nº 2. Paris: Dauvin et Fotaine, Libraires, 1836d. p. 246-256. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03512820#page/1/mode/1up>. Acesso em: 17 de julho de 2014.

### Referências bibliográficas

ARAÚJO, Valdeí Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

\_\_\_\_\_. *Sobre a permanência da expressão historia magistra vitae no século XIX brasileiro*. In: ARAÚJO, Valdeí Lopes de; MOLLO, Helena Miranda; NICOLAZZI, Fernando (org.). *Aprender com a história? O futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 130-147.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 2000. 6ª Ed. Vol. I (1750-1836).

\_\_\_\_\_. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 2000. 6ª Ed. Vol. II (1836-1880).

\_\_\_\_\_. *A literatura durante o Império*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *História geral da civilização brasileira*. O Brasil Monárquico. Reações e Transações. Tomo II. Vol. III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. p. 343-355.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011. 6ª Ed.

CASTELO, José Aderaldo. *Os Pródromos do Romantismo*. In: COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*. O Romantismo. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana S. A., 1969. Vol. II. p. 33-63.

COUTINHO, Afrânio. *O Movimento Romântico*. In: \_\_\_\_\_. *A Literatura no Brasil*. O Romantismo. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana S. A., 1969. Vol. II. p. 1-32.

DIAS, Maria Odila Leita da. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Entre as Luzes e o Romantismo: as tensões da escrita da História no Brasil oitocentista*. In: \_\_\_\_\_. *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 68-85.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Cascatas de modernidade*. Tradução Lawrence Flores Pereira. In: \_\_\_\_\_. *Modernização dos Sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 9-33.

IANNI, Octavio. *O progresso econômico e o trabalhador livre*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *História geral da civilização brasileira*. O Brasil Monárquico. Reações e Transações. Tomo II. Vol. III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. p. 297-319.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo. *Peças de um mosaico (ou apontamento para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem incompleta: a experiência brasileira, 1500-2000*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999. 2ª Ed. p. 127-175.

KANT, Immanuel. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Organização Ricardo R. Teixeira. Tradução Rodrigo Naves, Ricardo R. Teixeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 2ª Ed.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto Editora PUC Rio, 2006.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Sales Torres Homem e O Libelo do Povo*. In: \_\_\_\_\_. *Três panfletários do segundo reinado*. Academia Brasileira de Letras, 2009. (Coleção Afrânio Peixoto, 86). p. 7-51.

MARQUESE, Rafael Bivar; BERBEL, Márcia Regina. *A ausência da raça: escravidão, cidadania e ideologia pró-escravista nas Cortes de Lisboa e na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro (1821-1824)*. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antônio da (org). *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007. p. 63-88.

RAMOS, André da Silva. *Robert Southey e a Experiência da História de Portugal: Conceitos, Linguagens e Narrativas Cosmopolitas (1795-1829)*. Mariana, 2013. Tese (Mestrado em História). Departamento de História/ICHS/UFOP.

RANGEL, Marcelo de Mello. *Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói: os primeiros românticos e a civilização do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado em História). Departamento de História/PUC-Rio.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UNB, 2001.

SOUSA, J. A. Soares de. *O Brasil e o Rio da Prata de 1828 à queda de Rosas*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *História geral da civilização brasileira. O Brasil Monárquico. Reações e Transações. Tomo II. Vol. III*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. p. 113- 132.

VARELLA, Flávia Florentino. *Da impossibilidade de aprender com o passado: sentimento, comércio e escrita da história na História do Brasil de John Armitage*. São Paulo, 2011. Tese (Mestrado em História). Departamento de História/FFLCH/USP.